

O que a crise na segurança pública tem a ver com o trabalhador

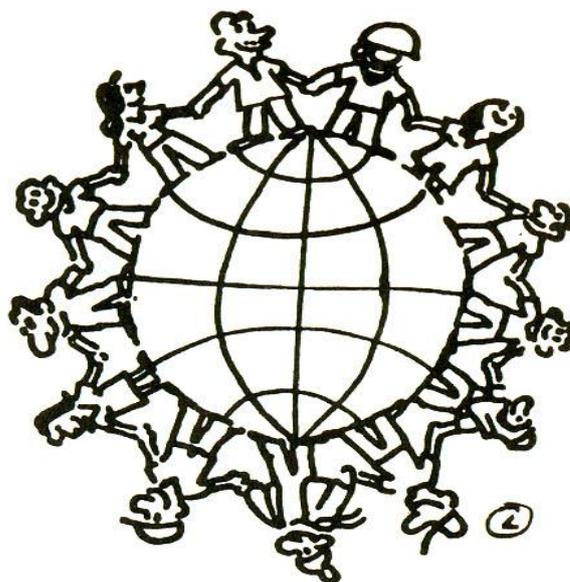
O caos que virou a vida dos capixabas com a paralisação dos trabalhadores da Polícia Militar deixou outros trabalhadores se perguntando se a “greve” ou motim se justificava. Se os PMs que estão há mais de sete anos sem reposição da inflação deveriam ou não se manifestar e se os familiares deles teriam tanta força assim para impedir que os policiais não saíssem às ruas.

Qual era a entidade legal para representar os policiais e assumir a frente das negociações? Não dar reajuste é inconstitucional, mas paralisar totalmente a segurança pública também é. E aí?

E aí que a população e o trabalhador, mais uma vez, estão pagando a dívida dessa situação mal resolvida. Durante uma semana em que quase 100% dos serviços ficaram paralisados no Estado, os avulsos tiveram que se arriscar para atender requisições durante a noite, assim como os companheiros que trabalharam de turno, pois alguns terminais não priorizaram a segurança do trabalhador e deixaram os companheiros à própria sorte, sem qualquer outro tipo de vigilância ou transporte.

Houve casos de avulsos que foram assaltados no trajeto para o trabalho ou na saída dele. O Suport-ES está ciente das ocorrências e cobrando a devida solução.

O portuário, entre tantas outras categorias, se viu amedrontado, exposto ao perigo, sem qualquer proteção dos empresários, mas se arriscou, mesmo assim, para manter as operações em nossos portos. Alguns terminais tiveram mais bom senso e suspenderam as requisições e os turnos durante a noite.



A paralisação dos trabalhadores policiais tem causa digna e justa, muito embora a forma como tem acontecido seja muito questionável, pois os policiais são trabalhadores à disposição do Estado e têm a missão indispensável de proteger a população.

Afinal, qual é a entidade que legalmente representa a categoria? Para serem penalizadas, as associações de policiais foram as primeiras a serem notificadas a pagar multa de R\$ 100 mil por dia por conta da “greve”. Mas para apresentar pauta de reivindicações, construir um diálogo com os familiares dos PMs e com o Estado, faltou representatividade.

Há de se questionar a morosidade nas negociações por parte do governo. Também há inconstitucionalidade em não conceder reajuste e dar as costas à categoria. Um erro não justifica o outro, mas o que incomoda a classe trabalhadora é o que originou o caos.

Estamos falando de mortes que foram causadas por conta de um impasse nas negociações, pela falta de diálogo, por não acreditar que os trabalhadores têm força para fazer um movimento de peso, por desacreditar na valorização das categorias ou que elas podem se sujeitar a condições desumanas de trabalho.

Pensem, então, em profissionais que arriscam suas vidas e que podem não voltar para suas casas todos os dias quando saem para trabalhar.

O próprio Estado colocou esses trabalhadores ainda mais expostos quando tirou deles coletes balísticos decentes, armas em condições de uso, viaturas seguras, promoções que foram prometidas e não foram cumpridas, melhoria no hospital para atendimento dos policiais e da população em geral, hora extra, adicional noturno e de periculosidade e por aí vai. Um quadro de insatisfação geral. A população já não estava em risco muito antes desse quadro ter se agravado?

Os trabalhadores se perguntam: será que agora a PM vai entender um pouco o que é uma manifestação da classe trabalhadora? Será que vai agir com a mesma truculência que sempre agiu, atirando balas de borracha e jogando gás lacrimogêneo na cara dos trabalhadores que fazem suas manifestações legítimas e pacíficas?

Trabalhador que reivindica suas causas merece respeito e não ainda mais agressão por parte do Estado, que deveria agir em defesa da população.

Tantas outras categorias, tantos outros servidores públicos, muitos deles menos remunerados e reconhecidos do que os policiais, também merecem exercer seu livre direito de greve legal.

Quem está ali, muitas vezes, senhor policial, é um trabalhador que atende sua mulher numa unidade de saúde, é um professor que dá aulas para seu filho, é um portuário que também quer insalubridade como o senhor.



*É PRECISO LUTAR,
É POSSÍVEL VENCER.
É BONITO VENCER.*

***Vamos botar a mão na
consciência e permitir que todos
os trabalhadores possam
exercer livremente seu direito
de greve legal.***

***A luta é de todos e por uma
única causa: contra as
atrocidades de governos e
empresários que querem tirar
direitos dos trabalhadores!***

SUPPORT-ES PERMANENTEMENTE EM DEFESA DO PORTUS E DOS PORTOS PÚBLICOS.

O PORTUS É PATRIMÔNIO DOS PORTUÁRIOS E OS PORTOS PÚBLICOS DO POVO BRASILEIRO.

Acesse nosso site: www.support-es.org.br